Governo do Estado da Paraíba
859
PBSAUDE

PB SAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE

GOVERNO DA PARAÍBA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 373/2026 - Republicação
(Processo Administrativo n° PBS-PRC- 2026/01636)
Registro CGE n° 26-01549-0

A **FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE – PB SAÚDE**, Fundação Pública de Direito Privado, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM** na data e horário indicados, destinado à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE,** para atender às necessidades da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, obedecendo à legislação vigente e às demais exigências previstas neste Edital e seus anexos.

AVISO AOS LICITANTES:
1. **Anexar a documentação descrita no item 13 na plataforma do Compras Gov;**
2. **Seguir a orientação do item 6.11, do Edital.**
3. **Cadastrar proposta no compras.gov.br conforme item 7.1.1 do Edital.**

DATA DA SESSÃO	**01/09/2026**
HORÁRIO DE ABERTURA	**09h (nove horas)**
LOCAL	www.gov.br/compras
CONSULTA AO EDITAL	https://pbsaude.pb.gov.br/selecao-de-fornecedores
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado
LICITAÇÃO compras.gov.br	**31/2026 - UASG 930404**
DISPUTA (envio de Lances)	**09h (nove horas)**
TELEFONE	(83) 3229-9576 e (83) 3229-9585 (solicitar transferência para ramal 9576)
ENDEREÇO	Av. Pres. Epitácio Pessoa, nº 1.410, Expedicionários, 58.040-000, João Pessoa - PB
E-MAIL	licita04@pbsaude.pb.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP) ADMINISTRADA PELA PB SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
1.2. O procedimento será realizado pelo menor preço dentre as propostas ofertadas do **VALOR TOTAL POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o proponente oferecer proposta no valor total, considerando sua quantidade.
1.3. O procedimento será dividido em **ITENS,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao proponente a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo o proponente oferecer proposta no valor total do ITEM, considerando sua quantidade.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

1.4. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances.
1.5. A justificativa de escolha pelo orçamento sigiloso tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão presentadas melhores propostas para a administração
1.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
1.7. O objeto do procedimento é classificado como **bem comum**.
1.8. Os valores apresentados pela empresa em cada **item** devem ser limitados aos valores estimados durante a pesquisa de preços, para aceitação da proposta na seleção.
1.9. Os preços das médias saneadas serão divulgados após a etapa de lances.
1.10. A licitante vencedora deverá apresentar proposta ajustando seus valores aos preços unitários e totais aceitáveis, sob pena de desclassificação, caso não adeque sua proposta.

2. DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS E ORÇAMENTÁRIA

2.1. A cobertura de despesas necessárias à execução do objeto de contrato ocorrerá com os recursos do Orçamento de Despesas Gerais ou administrativas, sendo 100% (cem por cento) do Contrato de Gestão nº 0011/2024, por motivo de continuidade da prestação dos serviços.

3. DO ACESSO AO EDITAL, LOCAL, DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO

3.1. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos dos portais https://pbsaude.pb.gov.br/regulamento-proprio/editais-para-a-selecao-de-fornecedores, https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf,https://www.gov.br/compras/pt-br e site Central de Compras.
3.2. O certame será realizado por meio do Portal do Compras.Gov, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, cuja sessão pública terá início com a **ABERTURA DAS PROPOSTAS**, conforme instruções no preâmbulo deste instrumento convocatório.
3.3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO: a partir da divulgação do edital até **às 09h da data 01/09/2026**.
3.4. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília-DF.
3.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em sentido contrário pelo Agente de Contratação.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
4.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021 e no item 13.12.1.1 deste Edital.
4.4. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

4.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, os licitantes devem observar as seguintes disposições:

4.5.1. Nos processos licitatórios destinados **à aquisição de itens cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme previsto no art. 48, inciso I da referida Lei Complementar;

4.5.2. Nos certames para aquisição de bens de natureza divisível, será estabelecida uma cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 48, inciso III da Lei Complementar supracitada.

4.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.10. São vedadas a participar direta ou indiretamente no procedimento:

4.10.1. Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado os documentos de planejamento da seleção.

4.10.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.10.3. Pessoa jurídica que participar da elaboração dos documentos de planejamento.

4.10.4. Empregado ou ocupante de emprego em comissão da Fundação PB SAÚDE.

4.11. Não poderão participar deste procedimento os interessados:

4.11.1. Que estejam suspensos de licitar e/ou impedidos de contratar com a Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado da Paraíba, especialmente as inscritas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, conforme a Lei nº 9.697/2012.

4.11.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.11.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

4.11.4. Que estejam sob falência, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.11.5. Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4.11.6. Que tenham entre seus sócios cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no art. 1º, da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014).

4.11.7. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.12. Como condição para participação no Pregão, a proponente assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.12.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.12.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

4.12.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

4.12.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.12.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

4.12.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.12.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.13. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada em todos os itens integrantes de cada item ou lote, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em uma eventual negociação entre as partes.

5.5. Caberá, ainda, ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como acompanhar todos os atos pertinentes ao pregão até o momento da homologação do certame.

5.6. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

5.7. Os interessados em participar do Pregão são responsáveis pela conferência da exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O licitante melhor classificado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema do Compras Governamentais, a **PROPOSTA** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme os comandos estabelecidos do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital. Após a aceitação da proposta, o Agente de Contratação solicitará todos os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no Edital.
6.2. O envio da proposta e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
6.3. A Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.
6.5. Os proponentes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CECH - Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação emitido pela GOCAF – Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, comprovando a inscrição no SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores, assegurado aos demais proponentes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
6.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
6.7. Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente mais bem classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
6.10. Quando do cadastro das propostas, as descrições dos materiais/serviços ofertados, deverão ser detalhadas no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, conforme especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital. A licitante deverá descrever detalhadamente o material/serviço que está sendo oferecido, vedado a utilização de apenas expressões tais como: “Conforme o Edital”, “Concordamos com o Edital”, entre outras, sob pena de desclassificação.

6.10.1. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema compras governamentais, a descrição detalhada/complementar a ser inserida não poderá conter elementos/informações que possibilitem a identificação do licitante.

6.11. As especificações dos itens do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I deste Edital.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

6.12. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação e no Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O proponente deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Preencher o valor **UNITÁRIO** compras.gov.br com apenas **02 (duas) casas decimais.**

7.1.1.1. No caso de preços (unitários ou totais) com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, o(a) Agente de Contração dar-se-á o direito de adequação dos preços, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais.

7.1.2. Marca.

7.1.3. Fabricante.

7.1.4. Em modelo/versão, preencher nos casos de medicamentos com a quantidade da embalagem de fornecimento.

7.2. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. O prazo de validade da proposta **deve seguir ao estabelecido no termo de referência.**

7.4.1. Na hipótese de omissões ou erro (confirmado pelo licitante) quanto ao prazo de validade da proposta e/ou de pagamento, será considerado como aceito o disposto no Edital.

7.5. Os proponentes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas, quando houver tal regulamentação.

7.6. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.8. A proponente deverá apresentar proposta comercial visando atender às necessidades da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde - PB SAÚDE, e deverá conter no mínimo:

7.8.1 Descrição do objeto, marca, valor do custo unitário e valor total.

7.8.2 Identificação da origem do produto, se nacional ou estrangeiro.

7.8.3 Endereço físico e eletrônico e telefone de contato

7.8.4 Data da proposta

7.8.5 Validade da proposta 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

7.8.6 Nome completo e identificação do responsável

7.8.7 Condições de pagamento de acordo com o presente termo de referência

7.8.8 Assinatura do responsável

7.8.9 Registro da Anvisa/Inmetro.

7.8.10 Condições de pagamento e dados bancários da proponente; (EXCLUSIVAMENTE BRADESCO, conforme Decreto Estadual n° 43.250/22).

7.8.11 Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é facultada nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

7.8.12 A proposta de preço poderá atender a PORTARIA SAES/MS Nº 1.544, DE 20 DE MARÇO DE 2024 que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde -PB SAÚDE.

7.8.13 Registro do Produto o emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, conforme a Resolução - RDC nº 23, de 15 de março de 2000 que menciona o manual de procedimentos básicos para registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes à área de alimentos.

a) O Registro do Produto na **ANVISA** apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados;

b) Caso o **Registro do Produto** esteja com prazo de validade vencido, deverá ser apresentado o Registro do Produto vencido ou cópia da publicação no "DOU", acompanhado do pedido de revalidação (protocolo/petição), requerido com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do Registro, na forma do art. 8°, §§ 2° e 3° do Decreto Federal nº 8.077/2013. Apresentar também cópia da "Consulta a Situação de Documentos" retirada no site da ANVISA impresso na semana da abertura da sessão do pregão, a fim de comprovar que o pedido de renovação ainda está sendo analisado pela ANVISA;

c) A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

7.8.14 Ficha Técnica do Produto, correspondente ao item ofertado, contendo todas as características relacionadas ao item, tais como, tipo, composição, tamanho, esterilidade, número do registro do produto, entre outras, considerando caso a caso.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. Conforme data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços, que deverão estar em consonância com as especificações do presente Edital e seus anexos.
8.2. Nessa mesma data, ocorrerá a etapa de lances, no qual terá início após a avaliação das propostas enviadas. O horário será estabelecido pelo(a) Agente de Contratação, através de mensagem no sistema. A disputa se dará via Internet, única e exclusivamente, no site www.gov.br/compras.
8.3. Não sendo possível que a etapa de lances ocorra nessa mesma data, o(a) Agente de Contratação informará, através de mensagem no sistema, data e horário previstos para a abertura da disputa entre os interessados.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
866
PBSAUDE

9. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1. O(A) Agente de Contratação verificará as propostas de preços enviadas, após abertura da fase de lances, avaliando a aceitabilidade das mesmas, desclassificando, motivadamente, aquelas que estejam identificadas, que não estejam em conformidade, informando de tal fato ao proponente desclassificado. Não haverá neste momento a identificação dos participantes, o que só ocorrerá após o encerramento da etapa de lances, conforme as regras estabelecidas neste Edital e de acordo com as normas vigentes.

9.1.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.2. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Agente de Contratação e somente estas participarão da etapa de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação e os proponentes.

10. DA ETAPA DE LANCES

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço**, conforme definições estabelecidas neste Edital.

10.2. A abertura do presente procedimento dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

10.3. Na condução da fase pública do pregão eletrônico, o(a) Agente de Contratação, desde a abertura inicial dos lances até o resultado final do certame, irá avisar previamente aos proponentes, via sistema (chat), sobre eventual suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

10.4. O(A) Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.5. Classificadas as propostas, o(a) Agente de Contratação dará início à fase competitiva, quando, então, os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

10.6. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, sendo que o **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R$ 0,01 (um centavo)**. Iniciada a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O proponente poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado no sistema, desde que inferior ao último por ele ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

10.8. Não serão admitidos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

10.9. Durante o transcurso da sessão pública, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

10.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos proponentes, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

10.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
10.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
10.14. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
10.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
10.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
10.16.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
10.17. Poderá o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
10.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
10.18.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
10.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
10.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
10.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
10.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
10.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
10.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
10.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação vigente e na ausência de registros cadastrais, regulamentos e atos normativos os incisos II, III e IV do art. 60 da Lei vigente, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços produzidos ou prestados por

10.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

10.29.2. Empresas brasileiras.

10.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.30. Em conformidade à Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024, à atualização do sistema Compras.gov.br, caso permaneça o empate entre propostas após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, será realizado sorteio eletrônico automático pelo próprio sistema para definição da proposta vencedora.

10.30.1. participação no certame implica o aceite desse critério de desempate, nos termos da legislação vigente e das diretrizes estabelecidas pela Seges/MGI e AGU.

10.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme os comandos estabelecidos no item 10 e subsequentes do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários á confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.32.1. É facultado ao(à) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

a) Por solicitação do licitante

b) De ofício, a critério do(a) Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

10.33. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

10.34. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
10.35. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
10.36. A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
10.37. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante arrematante deverá ser encaminhada no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, através da funcionalidade “convocar anexo”, e deverá:
11.2. A proposta deverá:
11.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.
11.2.2. Ter detalhamento das especificações do objeto a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência e demais descrições complementares exigidas no Termo de Referência, como folder, catálogo etc.
11.2.3. Conter **prazo de entrega**, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência, se houver.
11.2.4. Apor **prazo de garantia do produto**, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência, se houver.
11.2.5. Indicar validade da proposta **de acordo com o estabelecido no termo de referência**, a contar da data da sua apresentação.
11.2.6. Incluir declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso.
11.2.7. Informar razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, incluindo *whatsapp,* se houver, e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa.
11.2.8. Indicar **VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL**, de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, em algarismo e por extenso (total), expressos em reais (R$), com, no máximo, **02 (duas) casas decimais.**
11.2.8.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
11.2.8.2. Anexar declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas e quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto.
11.2.9. Informar a alíquota de ICMS, se houver.
11.2.10. No caso de empresa de outro Estado, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, deverá acrescentar a informação quanto ao imposto correspondente à diferença entre alíquotas interna e a interestadual, quando aplicável.
11.2.11. No caso de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício.
11.2.12. No caso de Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), declarar expressamente na proposta comercial **se é optante pelo SIMPLES NACIONAL**.
11.3. As propostas de preços enviadas implicarão em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

11.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro proponente.

11.7. A PROPOSTA FINAL poderá ser aberta para apenas 01 (um) dos itens contemplados pela proponente, porém caso a proponente seja vencedora de mais de 01 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.

11.8. Erros formais ou simples omissões, desde que sejam irrelevantes, que não gerem a majoração do preço proposto e que não acarrete violação aos princípios básicos do procedimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo ser corrigido pelo proponente, no prazo indicado pelo(a) Agente de Contratação.

11.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação, sendo de caráter OBRIGATÓRIO seu envio, sob pena de desclassificação e demais responsabilidades cabíveis.

12. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada/atualizada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.2. A proposta adequada/atualizada deverá ser enviada no sistema juntamente com a **Declaração Unificada** (**Anexo II, do Edital**) e **Declaração de Enquadramento como ME/EPP (Anexo IV, do Edital).**

12.3. Serão desclassificadas as propostas:

- **a)** que, após encerramento da etapa de lances, apresentarem preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentarem preço manifestamente inexequível, podendo o(a) Agente de Contratação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou a proposta ou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;
- **b)** que não atendam às exigências do ato convocatório, inclusive, quanto às regras constantes no Termo de Referência, especificações exigidas para os serviços e materiais, ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- **c)** que contiverem preço ou prestação dos serviços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Para encaminhar/anexar a proposta de preços atualizada, na fase de julgamento, também, exclusivamente pelo sistema eletrônico, a licitante deverá estar ciente e levar em consideração as especificações e as condições estabelecidas neste Edital.

12.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante mais bem classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

12.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante do serviço ou da área especializada no objeto, que poderá realizar diligências, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados.
12.7. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, no Decreto estadual nº 42.967, de 25 de outubro de 2022, e nas normas gerais de contratações públicas.
12.8. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.8.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do procedimento não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
12.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, através do *"chat"*, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, registrando-se a ocorrência em ata.
12.11. O(A) Agente de Contratação poderá convocar o proponente para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, podendo o prazo ser prorrogado conforme item 10.32.1., deste Edital.

12.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Agente de Contratação por solicitação registrada e justificada pelo proponente na plataforma do Compras.Gov, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) mesmo(a).

12.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
12.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
12.13. O(a) Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao proponente que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.13.1. Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o próximo proponente para que seja obtido preço melhor.

12.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.
12.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.15. Se o mesmo participante vencer o item destinado à ampla concorrência e à cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esse deverá formalizar a oferta considerando a melhor proposta dentre ambos, para a administração pública.

12.16. Não havendo vencedor para a cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esta poderá ser destinada ao licitante vencedor da cota principal (ampla concorrência), ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

12.17. Havendo alguma limitação do sistema para realizar esta atividade, poderá ser efetivada através de mensagem entre o Agente de Contratação e o licitante, ou por e-mail, bem como deverá ser encaminhada uma proposta adequada adicionada do quantitativo da cota reservada.

12.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Agente de Contratação verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Agente de Contratação(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

13.1.2. Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (https://certidoes.cgu.gov.br/).

13.1.3. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL–PB (http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf).

13.1.4. Cadastro de Fornecedores Suspensos – Central de Compras da Paraíba (http://www.centraldecompras.pb.gov.br/appls/ccompras/central.nsf/fffornecedoressuspensos?OpenForm).

13.2. Aceita a proposta do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13.3. Quanto aos documentos, consideram-se os prazos de validade neles previstos e, quando não mencionada a validade, serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, à exceção dos Atestados de Capacidade Técnica.

13.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12, da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.7. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.8. Constatada a existência de sanção, o(a) Agente de Contratação(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

13.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
13.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema ou pelo e-mail oficial, no **prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas**, podendo o prazo ser prorrogado conforme item 10.32.1., deste Edital.
13.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
13.12. Para a habilitação, o participante detentor da proposta classificada deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.12.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;
c) Documento dos sócios;
d) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
e) Em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades limitadas unipessoais (antigas EIRELI): ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e no caso das sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
f) Inscrição no Registro Público de empresas mercantis onde opera, com averbação no Registro onde se tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

13.12.1.1. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
b) Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
c) Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
c.1. Designação do consórcio e sua composição;
c.2. Finalidade do consórcio;
c.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
c.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;

d) O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e) Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

13.12.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade a ser comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do participante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do participante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

f.1. Caso o participante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

13.12.3. Relativos à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrados na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados, conforme exigência do art. 1.179, da Lei nº 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3. A análise da situação financeira do participante será avaliada pelo(s) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1 (um), extraídos de seu balanço patrimonial, cujo cálculo, devidamente assinado pelo Contador ou Técnico, deverá acompanhar o Balanço Patrimonial.

b.4. O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer índice deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.12.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a) **Comprovação de aptidão para o fornecimento do bem em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta Seleção de Fornecedores**, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme elencado no Termo de Referência.

13.13. Conforme item 6.1., o licitante melhor classificado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema do Compras Governamentais, a **PROPOSTA** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme os comandos estabelecidos do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital. Após a aceitação da proposta, o Agente de Contratação solicitará todos os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no Edital.

13.14. O CECH - Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação emitido pela GOCAF – Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, poderá ser apresentado pelo participante, com validade em vigor e compatível com o objeto de aquisição do presente certame, como substitutivo dos documentos exigidos nos itens 13.12.1 (Habilitação Jurídica) e 13.12.2 (Regularidade Fiscal e Trabalhista, exceto a CNDT).

13.14.1. Na hipótese de algum documento que já conste do CECH estar com o seu prazo de validade vencido, o licitante deverá apresentar, anexo aos documentos de habilitação, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

13.15. Será inabilitada a empresa proponente que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

13.15.1. Conforme item 13.13., os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio da plataforma do Compras.Gov.br, os documentos de habilitação. Caso necessário, o(a) Agente de Contratação poderá consultar a habilitação dos licitantes por meio do SICAF.

13.15.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

13.15.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto caso seja possível a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões pelo(a) Agente de Contratação e essa consulta logre êxito em encontrar as certidões válidas, visto que a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.15.4. No caso de inabilitação, o Agente de Contratação retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.16. O(A) Agente de Contratação poderá promover diligências julgadas necessárias para fins de comprovação da autenticidade dos documentos apresentados, bem como para análise das propostas e/ou da documentação, podendo, inclusive, providenciar a emissão dos documentos de habilitação passíveis de se obter pela internet nos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras de certidões, constituindo-se como meio legal de prova, buscando-se com isso a ampliação da disputa, bem como a proposta mais vantajosa para a Administração.

13.17. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

13.17.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.17.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá propor diligências para apurar quaisquer esclarecimentos sobre a documentação apresentada.

13.19. No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o participante será declarado vencedor.

13.21. Caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.21.1. A prorrogação do prazo previsto neste item deverá ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

13.21.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, e nas normas gerais de contratações públicas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.22. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

13.23. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

13.24. Os atos e documentos constantes dos arquivos e registros digitais referentes à proposta e documentação de habilitação serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

14. DO PREÇO

14.1. Os **preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses**, conforme previsto na Minuta do Contrato.

15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Atendendo o prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outra mensuração que ampare e justifique a precificação da proposta, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.1.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, exclusivamente pelo sistema eletrônico, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida. Caso não o reconsidere, o recurso será encaminhado, com a respectiva motivação, à autoridade superior para decisão. A decisão final sobre o recurso deverá ser proferida no prazo máximo de 13 (treze) dias úteis, conforme prazos para reconsideração e decisão pela autoridade superior, estabelecidos na plataforma do compras.gov.br". O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
16.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto do procedimento será adjudicado ao proponente declarado vencedor, por ato do(a) Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento de seleção de fornecedores.
17.3. Antes da assinatura do Contrato, a Contratante verificará:

17.3.1. As condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo.

18. DO CONTRATO

18.1. Encerrado o procedimento de seleção de fornecedores, o processo será encaminhado à Assessoria Jurídica, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, se for o caso, conforme minuta em anexo, ou instrumento equivalente, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente e terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
18.2. Antes da assinatura do Contrato a CONTRATANTE, através de sua Assessoria Jurídica ou outro setor delegado, verificará as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo.
18.3. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro fornecedor com melhor preço, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O **prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento congênere, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

19.2. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme normas gerais de Licitação e Contratos.
19.3. A prorrogação do Contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

21. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência anexo.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O prazo para pagamento será de no máximo **30 (trinta) dias**, contados a partir do atesto de recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA e dos documentos exigidos neste Edital e anexos para o pagamento.
22.2. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada no procedimento.
22.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
22.4. Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
22.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
22.6. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
22.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
22.8. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
22.9. Por ocasião do pagamento e de acordo com os termos do inciso II, do Art. 161º, da Lei do ISS do município de João Pessoa, será retido o ISS de todas as notas fiscais dos prestadores de serviço em 5%, para empresas com tributação normal, e para as empresas optantes pelo Simples Nacional, o prestador é obrigado a informar a sua alíquota de ISS. Caso não informe na Nota fiscal a alíquota, será cobrada a alíquota normal do município, em 5%.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

22.10. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, de acordo com os dados bancários da instituição bancária Bradesco a serem fornecidos pela proponente, conforme Decreto Estadual 43.250/2022.

22.10.1. Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é facultada nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

22.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

22.12. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações previstas no Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, e nas normas que fundamentaram a sua edição ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência escrita, comunicando formalmente desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado na forma prevista neste instrumento convocatório do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do participante;

c) Suspensão temporária de participação em procedimento e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

23.2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se, no que couber, as disposições do Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE e, nas suas vacâncias, nas normas gerais contidas na Lei de Licitações, na legislação estadual aplicada à matéria, bem como os preceitos de direito público.

23.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se, no que couber, as disposições do Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços - RICCS, da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE e, nas suas vacâncias, nas normas gerais contidas na Lei de Licitações, na legislação estadual aplicada a matéria, bem como os preceitos de direito público.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. Aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento do credenciamento ficará sujeito a uma pena de detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa, conforme art. 337-L, do Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

23.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, Minuta do Contrato e Lei vigente.

24. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PROPONENTES

24.1. Efetuar o credenciamento junto ao órgão provedor do sistema por intermédio do site www.gov.br/compras.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

24.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
24.3. A fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
24.4. Manter o compromisso de executar o objeto deste Edital nas condições estabelecidas e prazo de validade da proposta, caso vencedor do procedimento.
24.5. Cumprir os prazos e demais exigências deste Edital.
24.6. Tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, inclusive, da minuta do contrato a ser assinada, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Conforme a Legislação vigente, **até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, exclusivamente, por meio do e-mail licita04@pbsaude.pb.gov.br
25.1.1. Os pedidos de esclarecimentos que não forem feitos diretamente pelo e-mail acima serão desconsiderados.
25.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme legislação vigente.
25.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
25.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
25.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação, nos autos do processo do procedimento.

25.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25.6. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A Administração poderá, em qualquer fase do procedimento, quando julgar necessário, realizar diligências junto aos setores técnicos e aos órgãos emitentes das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados, que serão sanados pelo Agente de Contratação, através das informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais.
26.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
26.3. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
882
PBSAUDE

26.4. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
26.5. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
26.6. Em todas as fases do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato, serão efetuadas consultas ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado da Paraíba - CAFIL/PB, sendo excluída do processo a empresa que estiver nele inscrita.
26.7. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.
26.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
26.9. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Comarca de João Pessoa-PB, com exclusão de qualquer outro.
26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
26.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PB SAÚDE.
26.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
26.13. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
26.14. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste pregão.
26.15. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação
26.16. Antes de realizar a adjudicação e homologação, a Administração poderá, ainda, em benefício ao princípio da autotutela, quando julgar necessário, realizar diligências, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados.
26.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde, no link: https://pbsaude.pb.gov.br/regulamento-proprio/editais-para-a-selecao-de-fornecedores
26.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME – EPP
ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL

26.19.O resultado deste procedimento convocatório, através da homologação, será publicado no DOE, no site oficial do órgão licitador, por meio da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PBSAÚDE), e no site https://www.gov.br/compras/pt-br.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
883
PBSAUDE

PB SAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE

GOVERNO DA PARAÍBA

João Pessoa, 07 de agosto de 2026.

Niedja Amaral de Araújo
Assistente Técnico em Compras
Responsável pela elaboração do edital

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
884
PBSAUDE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto descrito neste Termo de Referência refere-se **à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP) ADMINISTRADA PELA PB SAÚDE**, segundo as normas gerais aplicadas aos procedimentos de aquisições de bens e contratações de serviços, como também nas medidas administrativas especiais dispostas no **Regulamento Interno de Compra de Bens e Contratações de Serviços (RICCS),** conforme especificação a seguir:

N°	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO DE ACORDO COM A LC (123/2006)
01	**CARRINHO DE PARADA DE EMERGÊNCIA** ● ESTRUTURA CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO; ● COM TÁBUA DE MASSAGEM; ● 4 GAVETAS COM DIVISÓRIAS PARA MEDICAMENTOS; ● FECHO GERAL PARA LACRE OU CADEADO QUE PERMITA O FECHAMENTO DE TODAS AS GAVETAS; ● PARA-CHOQUE PARA PROTEÇÃO DE PAREDE; ● TAMPO EM INOX; ● PUXADORES; ● COM RODÍZIOS, SENDO 2 COM FREIOS; ● SUPORTE PARA MONITOR; ● SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO; ● MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 45 CM, ALTURA: 90 CM.	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
02	**BIOMBOS** COM TRÊS PARTES QUE SE DOBRAM E SE ESTENDEM PARA DIVIDIR ESPAÇOS COM RODÍZIOS E TRAVAS	UND	06	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
03	**CADEIRAS DE RODA – ADULTO** CAPACIDADE ATÉ 100KG DOBRÁVEL FREIOS BILATERAIS, APOIOS DE BRAÇOS FIXOS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI NA COR PRETA, ESTOFAMENTO EM NYLON E COURVIM	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

04	**BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA** **CARACTERÍSTICAS DA BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA** BALANÇA ANALISADORA DE COMPOSIÇÃO CORPORAL POR BIOIMPEDÂNCIA, DE USO PROFISSIONAL: BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA ELÉTRICA COM TECNOLOGIA DE ANÁLISE SEGMENTAR DIRETA, DOTADA DE NO MÍNIMO 8 ELETRODOS TÁTEIS, PERMITINDO AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DOS MEMBROS SUPERIORES, INFERIORES E TRONCO. DEVE REALIZAR MEDIÇÕES POR MÚLTIPLAS FREQUÊNCIAS, SEM UTILIZAÇÃO DE EQUAÇÕES PREDITIVAS BASEADAS EXCLUSIVAMENTE EM SEXO OU IDADE. DEVE APRESENTAR, NO MÍNIMNO, OS SEGUINTES PARÂMETROS: PESO CORPORAL, ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC), PERCENTUAL DE GORDURA CORPORAL, MASSA GORDA, MASSA MAGRA, MASSA MUSCULAR ESQUELÉTICA, ÁGUA CORPORAL TOTAL, GORDURA VISCERAL, ANÁLISE SEGMENTAR DE MASSA MAGRA E GORDURA. TEMPO MÁXIMO DE EXAME: ATÉ 30 SEGUNDOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE PESAGEM: ATÉ 250KG. DISPLAY DIGITAL INTEGRADO PARA VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO. RELATÓRIOS E CONECTIVIDADE: O EQUIPAMENTO DEVE PERMITIR A EMISSÃO DE RELATÓRIOS IMPRESSOS E/OU DIGITAIS, BEM COMO POSSIBILITAR EXPORTAÇÃO DE DADOS POR MEIO DE USB OU CONECTIVIDADE EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM SISTEMAS AUTOMATIZADOS	UND	02	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
05	**CADEIRAS DE RODA – INFANTIL** CAPACIDADE ATÉ 60KG DOBRÁVEL FREIOS BILATERAIS, APOIOS DE BRAÇOS FIXOS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI NA COR PRETA, ESTOFAMENTO EM NYLON E COURVIM	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
06	**BALDE A CHUTE** CAPACIDADE: 10L AÇO INOX PARA-CHOQUE: BORRACHA SOBRE 4 RODÍZIOS DE 2 POLEGADAS	UND	04	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
07	**CAIXAS BINS** 12 UNIDADES DE TAMANHOS PEQUENO N°3	UND	12	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
08	**CAIXAS BINS** 12 UNIDADES DE TAMANHOS PEQUENO N°4	UND	12	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
09	**CAIXAS BINS** 08 UNIDADES DE TAMANHOS PEQUENO N°5	UND	08	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

10	**CAIXAS BINS** 12 UNIDADES DE TAMANHOS PEQUENOS N°6	UND	12	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
11	**CAIXAS BINS** 40 UNIDADES DE TAMANHOS GRANDE N°7	UND	40	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
12	**CAIXAS BINS** 12 UNIDADES DE TAMANHOS PEQUENOS N°9	UND	12	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
13	**BANQUETA HOSPITALAR** COMPACTA, LEVE E FÁCIL DE TRANSPORTAR ESTOFADA COURO, GIRATÓRIO C/ REGULAGEM FIXA	UND	02	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
14	**ESTATIVA MÓVEL PARA RAIO X** DESCRIÇÃO DA ESTATIVA MÓVEL PARA RAIO X ESTRUTURA COLUNA DE SUPORTE VERTICAL FIXA NA PAREDE OU AUTOPORTANTE. CONSTRUÇÃO ROBUSTA E ESTÁVEL EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA (EX: ALUMÍNIO EXTRUDADO OU AÇO INOXIDÁVEL). MOVIMENTO VERTICAL MOVIMENTO SUAVE, BALANCEADO E CONTRAPESADO DA BANDEJA DO RECEPTOR DE IMAGEM (CASSETE/DETECTOR). FAIXA DE MOVIMENTO VERTICAL MÍNIMO DE 1000 MM (EX: DE 300 MM A 1300 MM DO CHÃO) PARA ACOMODAR DESDE CRIANÇAS A PACIENTES EM CADEIRAS DE RODAS. TRAVA/FREIO ELETROMAGNÉTICA OU MECÂNICA, ACIONADA POR BOTÃO DE PRESSÃO OU PEDAL, PARA FIXAÇÃO SEGURA EM QUALQUER ALTURA. BANDEJA (CASSETE/DETECTOR) BANDEJA REMOVÍVEL OU PORTA-DETECTOR COMPATÍVEL COM DIVERSOS TAMANHOS DE CASSETES/DETECTORES DIGITAIS, COMO 14"X17" (35X43 CM). GRADE ANTIDIFUSORA OPCIONAL/INTEGRADA. TIPO REMOVÍVEL (EX: RAZÃO DE GRADE 10:1, 103 LINHAS/POLEGADA, FOCO 100-180 CM) PARA OTIMIZAR A QUALIDADE DA IMAGEM. ALÇAS DE APOIO ALÇAS LATERAIS PARA AUXÍLIO AO POSICIONAMENTO E SEGURANÇA DO PACIENTE (DOBRÁVEIS OU REMOVÍVEIS). DESIGN SUPERFÍCIE LISA E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. DIMENSÃO ESPECIFICAÇÃO ALTURA TOTAL (H) MÁXIMO DE 2200 MM LARGURA (W) APROXIMADAMENTE 600 MM PROFUNDIDADE (D) APROXIMADAMENTE 300 MM PESO LÍQUIDO APROX. 100 KG - 150 KG (DEPENDENDO DO MODELO) REQUISITO DE FIXAÇÃO FIXAÇÃO NA PAREDE ROBUSTA, COM ÂNCORAS APROPRIADAS PARA SUPORTAR O PESO E O ESTRESSE DO USO (SE FOR MODELO DE PAREDE).	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	CARGA MÁXIMA CAPACIDADE DE SUPORTAR UM PACIENTE COM PESO MÍNIMO DE 150 KG COM SEGURANÇA E ESTABILIDADE. NORMAS DE SEGURANÇA PROTEÇÃO CONTRA ESMAGAMENTO E CISALHAMENTO DAS MÃOS E DEDOS DO OPERADOR E PACIENTE DURANTE O MOVIMENTO VERTICAL (ATENDENDO À IEC 60601 E SIMILARES). ACIONAMENTO POSICIONAMENTO DOS CONTROLES DE MOVIMENTO (BOTÕES OU PEDAIS) EM ALTURA E LOCAL DE FÁCIL ACESSO PARA O TÉCNICO. ESTABILIDADE BASE ESTÁVEL OU FIXAÇÃO À PAREDE PARA PREVENIR TOMBAMENTO SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO. ALIMENTAÇÃO SE MOTORIZADA, 100-240V, 50/60 HZ (TENSÃO COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL). CONSUMO BAIXO CONSUMO EM STAND-BY. INTERFACE SAÍDA PARA SINCRONISMO COM O GERADOR DE RAIOS X (INTERFACE DE PRONTIDÃO "READY SIGNAL"). ADAPTADOR PARA DETECTOR FPD (FLAT PANEL DETECTOR): SUPORTE ESPECÍFICO PARA FIXAÇÃO SEGURA E RÁPIDA DE PAINÉIS DIGITAIS. APOIO DE QUEIXO/TESTA: PARA EXAMES DE CRÂNIO/CERVICAL. PEDAL DE MOVIMENTO: PARA OPERAÇÃO HANDS-FREE DO MOVIMENTO VERTICAL.					
15	**HAMPER HOSPITALAR** FABRICADO EM AÇO INOX 430 COM RODÍZIOS E TRAVAS CAPACIDADE 200L SACO DE ALGODÃO CRU	UND	05	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
16	**CAIXA NIZA PARA REALIZAR EXAMES COM CARGA (EM PÉ)** **DESCRIÇÃO DE CAIXA NIZO** ESTE MEMORIAL DESCRITIVO TEM POR OBJETO A DEFINIÇÃO TÉCNICA DO DISPOSITIVO DENOMINADO CAIXA NIZA, DESTINADO AO POSICIONAMENTO E PADRONIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS DO PÉ HUMANO, PERMITINDO A REALIZAÇÃO DAS INCIDÊNCIAS ANTEROPOSTERIOR (AP), PERFIL MÉDIO-LATERAL COM CARGA, EM CONFORMIDADE COM PARÂMETROS TÉCNICOS UTILIZADOS EM RADIOLOGIA ORTOPÉDICA. JUSTIFICATIVA TÉCNICA A PADRONIZAÇÃO DO POSICIONAMENTO DO PACIENTE E DO CHASSI RADIOGRÁFICO É ESSENCIAL PARA A OBTENÇÃO DE IMAGENS REPRODUTÍVEIS, COM ADEQUADA VISUALIZAÇÃO ANATÔMICA E CONFIABILIDADE DAS MEDIÇÕES ANGULARES. A CAIXA NIZA FOI DESENVOLVIDA COM O OBJETIVO DE MINIMIZAR VARIAÇÕES TÉCNICAS, REDUZIR ERROS INTERPRETATIVOS E DIMINUIR A NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS, CONTRIBUINDO PARA MAIOR SEGURANÇA DO PACIENTE E OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO SERVIÇO DE RADIOLOGIA. O DISPOSITIVO ENCONTRA FUNDAMENTAÇÃO	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	CIENTÍFICA EM ESTUDO PUBLICADO NA REVISTA BRASILEIRA DE ORTOPEDIA. FINALIDADE E APLICAÇÃO DISPOSITIVO DE USO NÃO INVASIVO, APLICADO EM SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, ESPECIALMENTE NAS ÁREAS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS DO PÉ E TORNOZELO COM CARGA, EM PACIENTES ADULTOS, EM POSIÇÃO ORTOSTÁTICA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E CONSTRUTIVAS A CAIXA NIZA CONSISTE EM UMA ESTRUTURA RÍGIDA, EM FORMATO PRISMÁTICO, PROJETADA PARA SUPORTAR O PESO DO PACIENTE EM POSIÇÃO ORTOSTÁTICA, GARANTINDO ESTABILIDADE, SEGURANÇA E CONFORTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME RADIOGRÁFICO. DIMENSÕES • ALTURA APROXIMADA: 30 CM • LARGURA APROXIMADA: 40 CM • COMPRIMENTO APROXIMADO: 55 CM REQUISITOS DE SEGURANÇA • ESTABILIDADE ESTRUTURAL PARA USO EM POSIÇÃO ORTOSTÁTICA; • SUPERFÍCIE SUPERIOR ANTIDERRAPANTE; • PROJETO QUE MINIMIZE RISCOS DE ESCORREGAMENTO, QUEDAS OU DESEQUILÍBRIO DO PACIENTE; • FACILITAÇÃO DO POSICIONAMENTO CORRETO PELO TÉCNICO EM RADIOLOGIA, REDUZINDO • EXPOSIÇÃO À RADIAÇÃO. OPERAÇÃO O DISPOSITIVO PERMITE POSICIONAMENTO RÁPIDO E PADRONIZADO DO PACIENTE E DO CHASSI RADIOGRÁFICO, VIABILIZANDO A EXECUÇÃO DAS INCIDÊNCIAS AP, PERFIL COM CARGA DE FORMA REPRODUTÍVEL E SEGURA, CONFORME PROTOCOLOS TÉCNICOS DO SERVIÇO DE RADIOLOGIA. MANUTENÇÃO E LIMPEZA • NÃO REQUER MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPLEXA; • LIMPEZA REALIZADA COM PRODUTOS DE USO HOSPITALAR, CONFORME PROTOCOLO INSTITUCIONAL; • INSPEÇÃO VISUAL PERIÓDICA PARA VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE ESTRUTURAL.					
17	**SUPORTE PARA SORO** ALTURA REGULÁVEL, COM RODÍZIOS E TRAVAS INOX	UND	05	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
18	**MONITOR MULTIPARAMÉTRICO** **DESCRIÇÃO MONITOR MULTIPARAMÉTRICO** MONITOR MULTIPARAMÉTRICO COM PARÂMETROS BÁSICOS, PRÉ CONFIGURADO OU MODULAR PARA USO EM PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATOS COM OS PARÂMETROS: • ECG • RESPIRAÇÃO • TEMP – 2 CANAIS • OXIMETRIA (SPO2) COM BAIXO ÍNDICE DE PERFUSÃO • PNI (NIBP) • PRESSÃO INVASIVA	UND	08	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	(PI OU IBP) – 2 CANAIS. RECURSO DE SOFTWARE PARA ANÁLISE DE ARRITMIA EM PELO MENOS 2(DUAS) DERIVAÇÕES E ANÁLISE GRÁFICA E NUMÉRICA DO SEGMENTO ST EM TODAS AS DERIVAÇÕES; DEVE ANALISAR AS SEGUINTES ARRITMIAS: • ASSISTOLIA, • FIBRILAÇÃO VENTRICULAR • BIGEMINISM O, • ANÁLISE DO SEGMENTO QT;QTC, • CÁLCULO DE USO DE MEDICAMENT OS / DROGAS, ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES DO PACIENTE E GERENCIAMENTO DE ADMISSÕES E ALTAS. O MONITOR DEVERÁ APRESENTAR VÍDEO INTERNO DE CRISTAL LÍQUIDO SENSÍVEL AO TOQUE DE NO MÍNIMO 15 (QUINZE) POLEGADAS, RESOLUÇÃO mínima de 1024x768 PIXELS NÃO DEVENDO POSSUIR MONITOR DE VÍDEO SEPARADO.APRESENT AR NO MÍNIMO 5 (CINCO) MODOS DE VISUALIZAÇÃO DE TELA, SENDO OBRIGATÓRIA UMA TELA COM FONTES GRANDES, UMA TELA PADRÃO, UMA DE MINI TENDÊNCIAS E UMA DE OXYCRG (OXYCARDIORESPIROGR AMA). O MONITOR DEVERÁ TER A FUNCIONALIDADE DE ALTERAÇÃO DA COR DOS TRAÇADOS. O MONITOR TEM QUE APRESENTAR OS GRÁFICOS E TABELAS DAS TENDÊNCIAS DOS PARÂMETROS COM ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 120 HORAS. VISUALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 8 (OITO) FORMAS DE ONDAS SIMULTÂNEAS, POSSUIR A VISUALIZAÇÃO LEITO A LEITO DENTRO DO MONITOR. PROTOCOLO MEWS - O MEWS É UMA FERRAMENTA DE ESTRATIFICAÇÃO A PARTIR DA PONTUAÇÃO DE DADOS VITAIS DO PACIENTE (AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA, FREQUÊNCIA CARDÍACA, FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA, TEMPERATURA CORPORAL E NÍVEL DE CONSCIÊNCIA). DEVE TER CAPACIDADE DE AMPLIAÇÃO ATRAVÉS DE MÓDULOS, DO TIPO PLUG AND PLAY, INTERCAMBIÁVEIS PELO USUÁRIO, PARA DEMAIS PARÂMETROS AVANÇADOS COMO: • CAPNOGRAFIA (ETCO2) MAINSTREAM OU SIDESTREAM • DÉBITO CARDÍACO INVASIVO (CO), • DÉBITO CARDÍACO CONTÍNUO MINIMAMENT E INVASIVO (NÃO SENDO ACEITO TECNOLOGIA NÃO INVASIVA), • ANÁLISE DE GASES ANESTÉSICOS (AG), • ÍNDICE DE NÍVEL DE CONSCIÊNCIA,), • TRANSMISSÃO NEUROMUSCULAR. EQUIPAMENTO DEVE TER: • ECG – O ECG DE 7 DERIVAÇÕES; A DETECÇÃO DE QRS. • DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE MARCAPASSO • FREQUÊNCIA CARDÍACA DE 20 A 300 BPM COM EXATIDÃO DE: +/- 1%, PROTEÇÃO PARA DESCARGA DE DESFIBRILADOR E R.F. RESPIRAÇÃO • INTERVALO DE MEDIÇÃO PACIENTE ADULTO DE 6 A 120 BPM (±1BPM), • INTERVALO DE MEDIÇÃO PACIENTES PEDIÁTRICOS DE 6 A 150 BPM (±1BPM). OXIMETRIA DE PULSO (SPO2): • INDICAÇÃO NUMÉRICA DOS VALORES DE SATURAÇÃO E PULSO. • APRESENTAÇÃ O DA ONDA DE PLETISMOGRAFIA. • FAIXA DE SATURAÇÃO DE 1 A 100%. • INTERVALO DE MEDIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PULSO: 30 A 250 BPM (±1BPM) • APRESENTAR BAIXO ÍNDICE DE PERFUSÃO (PI). PRESSÃO					

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	ARTERIAL NÃO INVASIVA (PNI) • INDICAÇÃO NUMÉRICA DAS PRESSÕES SISTÓLICAS, MÉDIA E DIASTÓLICA, O INTERVALO DE MEDIÇÃO PACIENTE ADULTO DE 40 A 270 MMHG, • INTERVALO DE MEDIÇÃO PACIENTES PEDIÁTRICOS DE 40 A 180 MMHG, • INTERVALO DE MEDIÇÃO PACIENTES NEONATOS DA PRESSÃO SISTÓLICA DE 40 A 130 MMHG, • PRECISÃO DA MEDIAÇÃO PARA OS TRÊS TIPOS DE PACIENTE DEVE TER DESVIO MÉDIO MÁXIMO DE +/ 5 MMHG. • MODOS DE MEDIÇÃO: MANUAL (COM TECLA DEDICADA) E AUTOMÁTICA. • MEDIÇÃO AUTOMÁTICA COM PROGRAMAÇÃ O DE INTERVALO DE 01 A 120 MINUTOS. • O MONITOR DEVE TER SISTEMA DE EXCESSO DE PRESSÃO PARA OS TRÊS TIPOS DE PACIENTES SOLICITADOS. • ARMAZENAR NO MÍNIMO 1.500 MEDIDAS DE PNI. TEMPERATURA (TEMP) • MEDIÇÃO CONTINUA DE TEMPERATURA . • FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA : 4 A 48 OC. PRESSÃO INVASIVA (PI) • MENSURAÇÃO DE ART, PA, CVP, LAP, ICP, RAP, P1 • INTERVALO DE MEDIÇÃO DA PRESSÃO ART DE 0 MMHG - 300MMHG. • A PRESSÃO INVASIVA TER A FUNCIONALIDA DE DE MEDIÇÃO DA VARIAÇÃO DA • PRESSÃO DE PULSO (VPP / PPV OU DPP). • VISUALIZAÇÃO INDEPENDENT E DE 2 (DUAS) CURVAS DE PRESSÃO INVASIVA SIMULTANEA MENTE. • PERMITE A TROCA DE COR DAS CURVAS DE PRESSÃO INVASIVA DE FORMA INDIVIDUAL. DEVE DIFERENCIAR OS PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATOS NO SOFTWARE DO MONITOR. BATERIA DEVE TER DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 240 (DUZENTOS E QUARENTA MINUTOS). O MONITOR TEM QUE ESTAR PREPARADO PARA FUNCIONAR COM CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO. CONECTIVIDADE VIA HL7 NO MONITOR E PORTA USB PARA GRAVAÇÃO DOS DADOS. DEVE APRESENTAR SAÍDA DE VÍDEO VGA/DVI/HDMI PARA MONITOR ESCRAVO; DEVE POSSUIR PROTEÇÃO MÍNIMA IPX1 CONTRA INFILTRAÇÃO DE LÍQUIDOS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 110/220V (BIVOLT) – 50/60HZ. PESO MÁXIMO SEM ACESSÓRIOS: 10 (DEZ) KG GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES. ACOMPANHAM OBRIGATORIAME NTE O EQUIPAMENTO OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: • DOIS (02) CABOS DE ECG 5 VIAS TIPO CLIP; • DOIS (02) SENSORES DE SPO2; REUTILIZÁVEL ADULTO; • DOIS (02) SENSORES DE SPO2; REUTILIZÁVEL PEDIÁTRICO; • DOIS (02) SENSORES DE SPO2 NEONATAL; • DOIS (02) MANGUEIRAS PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO NÃO-INVASIVA (PNI); • DOIS (02) BRAÇADEIRAS (MANGUITO) MEDIDA 25 – 35 CM; • DOIS (02) BRAÇADEIRAS (MANGUITO) MEDIDA PEDIÁTRICA: • DOIS (02) SENSORES DE TEMPERATURA DE PELE; • UM (01) MÓDULO DE PRESSÃO INVASIVA; • DOIS (02) KITS DE PRESSÃO INVASIVA (PI) (TRANSDUTOR E CABO DE INTERFACE); • DOIS (02) KITS DE ELETRODOS DESCARTÁVEIS ADULTO (MÍNIMO DE 10 ELETRODOS); • UM (01) CABO DE ALIMENTAÇÃO PARA REDE ELÉTRICA PADRÃO BRASILEIRO; • UM (01) CABO TERRA; • UM (01)					

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PB SAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. GARANTIA: 12 MESES.					
19	**BANCO GIRATÓRIO MOCHO** **MATERIAL:** TUBO DE AÇO, ACABAMENTO DA ESTRUTURA: PINTURA POLIURETANA, TIPO DE ASSENTO: ASSENTO GIRATÓRIO E ALTURA REGULÁVEL, ACABAMENTO DO ASSENTO: POLIURETANO INJETADO, PVC LAMINADO S, COSTURA, TIPO DE PÉS: PÉS COM 5 RODÍZIOS, ACIONAMENTO: A GÁS, TIPO ENCOSTO: ENCOSTO ESTOFADO FIXO C/ REGULAGEM HORIZONTAL.	UND	07	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
20	**OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO** COM BATERIA ACOPLADA NO CAPACETE PROPORCIONANDO MAIOR FLEXIBILIDADE DE MOVIMENTOS AO USUÁRIO; CAPACETE LEVE E ACOLCHOADO COM AJUSTE VERTICAL; FONTE LUMINOSA DE LED (2,38W) COM INTENSIDADE LUMINOSA AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE UM BOTÃO NO CAPACETE, COM POTÊNCIA LUMINOSA MÁXIMA DE 1200 LUX A 30CM; DIÂMETROS DOS SPOTS DE ILUMINAÇÃO: 25, 35 E 45 (300MM); DEVE POSSUIR NO MÍNIMO FILTROS AZUL E VERDE COM CAMADA DE PROTEÇÃO EVAPORADA; LENTES DE VIDRO ÓPTICO ANTI-REFLEXO; DISTÂNCIA INTER PUPILAR AJUSTÁVEL INDEPENDENTE E ASSIMETRICAMENTE ENTRE 46 - 75MM; DIÂMETRO MÍNIMO DA PUPILA DE 2MM. DEVE ACOMPANHAR 01 LENTE 20D E 01 LENTE 78 D (LENTES DE DIAGNÓSTICO PARA OFTALMOSCOPIA BINOCULAR INDIRETA); DEVE ACOMPANHAR BATERIA, CARREGADOR E MALETA PARA TRANSPORTE. TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT;	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
21	**FOCO GINECOLÓGICO COM ILUMINAÇÃO PARABÓLICA EM LED – TIPO PEDESTAL COM HASTE FLEXÍVEL** DESCRIÇÃO TÉCNICA: FOCO GINECOLÓGICO COM REFLETOR PARABÓLICO, ILUMINAÇÃO FRIA E ESTRUTURA RESISTENTE, INDICADO PARA USO AMBULATORIAL E GINECOLÓGICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS: - TIPO: FOCO GINECOLÓGICO COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO INDIRETA POR REFLETOR PARABÓLICO DE LUZ FRIA, COM FONTE DE LUZ PARABÓLICA E POSSÍVEL FOCO AUXILIAR INTEGRADO; - HASTE SUPERIOR: FLEXÍVEL E CROMADA, COM ARTICULAÇÃO QUE PERMITA O DIRECIONAMENTO PRECISO DA LUZ; - HASTE	UND	03	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

	INFERIOR: EM TUBO METÁLICO COM PINTURA EM EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA (MÍNIMO 250 °C); - ALTURA REGULÁVEL: MÍNIMO ENTRE 90 CM E 160 CM; - BASE: PEDESTAL COM 04 RODÍZIOS, COM TRAVAMENTO OU ESTRUTURA QUE GARANTA ESTABILIDADE; - ILUMINAÇÃO: LÂMPADA DE LED (LUZ FRIA, BRANCA, ~5.500 K), POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W; - ILUMINÂNCIA MÍNIMA: 15.000 LUX A 500 MM; - ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: BIVOLT AUTOMÁTICO (110 A 220 V), 50/60 HZ; - REGISTRO ANVISA: OBRIGATÓRIO; - GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
22	**PINÇA, DE ALLIS** 15 CM (VARIAÇÃO DE + OU - 0,5 CM), 5X6 DENTES, RETA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ACORDO COM O ESTABELECIDO EM NBR ISO 7153, DEVE OBEDECER AOS REQUISITOS DE ACABAMENTO E TRATAMENTO DO AÇO DE ACORDO COM NBR 13916 E RESISTENTE A CORROSÃO CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 13851. MARCADAS COM NOME OU MARCA REGISTRADA DO FABRICANTE, NÚMERO DE CÓDIGO DO INSTRUMENTO E/OU DO COMPONENTE (NBR 13852). EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NOME DA PINÇA, TAMANHO, MARCA DO FABRICANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, DATA DE FABRICAÇÃO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE APRESENTAR CERTIFICADO DO AÇO UTILIZADO.	UND	05	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
23	**LANTERNA CLÍNICA** LÂMPADA DE LED ACIONAMENTO TIPO CANETA – LIGA/DESLIGA ALIMENTAÇÃO: PILHAS ALCALINAS INCLUSAS	UND	20	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
24	**BALANÇA DIGITAL – ADULTO – ANTROPOMÉTRICA COM ESTADIÔMETRO** CAPACIDADE: 200 a 300KG (DEPENDENDO DO MODELO) DESIGN COMPACTO E ERGONÔMICO HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM PLATAFORMA E COLUNA EM AÇO CARBONO TAPETE ANTIDERRAPANTE DISPLAY LED PINTURA POLIÉSTER A PÓ NA COR BRANCA PÉS REGULÁVES EM BORRACHA SINTÉTICA FUNÇÃO TARA ATÉ A CAPACIDADE MÁXIMA	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
25	**IMOBILIZADOR DE CABEÇA HEAD BLOCK** PRESO COM VELCRO AO TECIDO E FIVELAS REGULÁVEIS NA BASE POSSUIR CINTOS DE IMOBILIZAÇÃO (TESTA, QUEIXO) POSSUIR ORIFÍCIO AURICULAR PARA VENTILAÇÃO DE SANGRAMENTO DE 80mm IMPERMÉAVEL, LAVÁVEL	UND	02	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
26	**CONJUNTO DE TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO** CONTENDO 04 TALAS DE TAMANHOS: PP 30X8	UND	04	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	P: 50X8 M:70X9 G: 86X10 MOLDÁVEL, EM EVA					
27	**TIRANTE ARANHA PARA PRANCHA DE RESGATE E EMERGÊNCIAS**	UND	02	R$	R$0	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
28	**COLAR CERVICAL REGULÁVEL ADULTO** REVESTIMENTO EM EVA AJUSTÁVEL COM 16 AJUSTES – FAIXA DE QUATRO AJUSTES PADRÃO PARA ADULTOS	UND	02	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
29	**COLAR CERVICAL REGULÁVEL PEDIÁTRICO** REVESTIMENTO EM EVA AJUSTÁVEL COM 12 AJUSTES – FAIXA DE QUATRO AJUSTES PADRÃO (INFANTIL, PEDIÁTRICO E SEM PESCOÇO)	UND	02	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
30	**CADEIRA DE RESGATE DOBRÁVEL COM RODAS** ESTRUTURA: TUBOS DE ALUMÍNIO CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA: 150 Kg CINTO METÁLICO AUTOMOTIVO RESISTENTE APOIO DE PÉS COM CHAPA DE ALUMÍNIO PEGADORES DIANTEIROS E TRASEIROS PARA TRANSPORTAR O PACIENTE 4 RODÍZIOS C/FREIO, 2 GIRATÓRIOS E 2 FIXOS RODÍZIOS DIANTEIRO GIRATÓRIOS (76mm) RODÍZIOS TRASEIROS FIXOS (127mm) FÁCIL ABERTURA E FECHAMENTO	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
31	**TESOURA DE RESGATE (TIPO TRAUMA)** PONTA ROMBA AUTOCLAVÁVEL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	UND	04	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
32	**REANIMADOR MANUAL (BOLSA VÁLVULA MÁSCARA) – ADULTO** AUTOCLAVÁVEL BALÃO EM SILICONE TRANSLÚCIDO AUTOCLAVÁVEL 1.600ml MÁSCARA DE SILICONE BOLSA RESERVATÓRIO EM SILICONE	UND	04	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
33	**REANIMADOR MANUAL (BOLSA VÁLVULA MÁSCARA) – INFANTIL** AUTOCLAVÁVEL BALÃO EM SILICONE TRANSLÚCIDO AUTOCLAVÁVEL – 500ml MÁSCARA EM SILICONE BOLSA RESERVATÓRIO EM SILICONE	UND	04	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
34	**OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL** VISOR COLORIDO DE ALTA RESOLUÇÃO INDICAÇÃO DA SPO2, FREQUÊNCIA CARDÍACA, FORÇA DE PULSO, ONDA PLETISMOGRÁFICA E TABELAS DE TENDÊNCIA TELA ROTACIONAL, PERMITE VISUALIZAÇÃO NA VERTICAL E HORIZONTAL	UND	08	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	ALARMES VISUAIS E SONOROS, COM LIMITES AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS MEMÓRIA INTERNA DOS EVENTOS E CONEXÃO USB PARA COMPUTADOR INDICADOR LUMINOSO DE ALERTA ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO APLICÁVEL PARA PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES DO PACIENTE, INCLUINDO NOME, SEXO E TIPO SENSOR DE SpO2 POSSUIR REGISTRO NA ANVISA **ACESSÓRIOS INCLUSOS:** 01 OXÍMETRO DE PULSO PORTÁIL MD MODELO UT100; 01 SENSOR DE SPO2 DE DEDO ADULTO (PADRÃO/CONEXÃO NELLCOR); 04 BATERIAS NI-MH RECARREGÁVEIS AA 1.5VDC 1300MAH; 01 CAPA DE PROTEÇÃO COM SUPORTE; 01 ALÇA DE MÃO; 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (100 A 240VAC); 01 MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS.					
35	**ESFIGMOMANÔMETRO – ADULTO** MANGUITO E PÊRA EM PVC BRAÇADEIRA EM NYLON OU ALGODÃO, COM FECHO EM VELCRO OU METAL ESTOJO PARA VIAGEM	UND	10	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
36	**ESTETOSCÓPIO** CARACTERÍSTICAS: LEVE E COMPACTO; DIAFRAGMAS DE ALTA SENSIBILIDADE; TUBO MOLDADO EM PVC DE PEÇA ÚNICA PARA MELHOR TRANSMISSÃO DO SOM; FONE BIAURICULAR EM COBRE CROMADO; PAR DE OLIVAS . USO ADULTO REGISTRO NA ANVISA	UND	10	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
37	**DESFIBRILADOR** DESCRITIVO TÉCNICO – CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR COM MARCAPASSO EXTERNO E DEA EQUIPAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR DESTINADO À DESFIBRILAÇÃO, CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA, MONITORIZAÇÃO CARDÍACA E ESTIMULAÇÃO CARDÍACA TRANSCUTÂNEA (MARCAPASSO EXTERNO), INDICADO PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS CARDIOVASCULARES EM AMBIENTES INTRA E EXTRA-HOSPITALARES, ASSEGURANDO SUPORTE AVANÇADO DE VIDA COM ELEVADO PADRÃO DE SEGURANÇA ASSISTENCIAL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER MICROPROCESSADO, PORTÁTIL, COMPACTO E DE ALTA CONFIABILIDADE, COM OPERAÇÃO INTUITIVA POR MEIO DE INTERFACE DIGITAL, ADEQUADO PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS, EM CONFORMIDADE	UND	05	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

	COM AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E NORMAS TÉCNICAS DA ABNT (NBR IEC 60601-1 E CORRELATAS). DEVERÁ POSSUIR, OBRIGATORIAMENTE, MODO DE DESFIBRILAÇÃO MANUAL E DEA COM TECNOLOGIA BIFÁSICA E ENERGIA AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA DE 1 A 200 JOULES (OU SUPERIOR), COM COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DA IMPEDÂNCIA TORÁCICA; MODO DEA COM ANÁLISE AUTOMÁTICA DO RITMO CARDÍACO E COMANDOS VISUAIS E SONOROS EM PORTUGUÊS; MODO DE CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA COM O COMPLEXO QRS; MARCAPASSO TRANSCUTÂNEO COM AJUSTE DE CORRENTE (MA) E FREQUÊNCIA (PPM), COM INDICAÇÃO DE CAPTURA ELÉTRICA; MONITORIZAÇÃO DE ECG COM NO MÍNIMO 3 OU 5 DERIVAÇÕES; DISPLAY EM TELA LCD COLORIDA OU TECNOLOGIA SUPERIOR COM VISUALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE CURVAS E PARÂMETROS; SISTEMA DE ALARMES VISUAIS E SONOROS CONFIGURÁVEIS; MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DE EVENTOS E REGISTROS DE ATENDIMENTO; BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA COMPATÍVEL COM USO CONTÍNUO E INDICAÇÃO DE CARGA; IMPRESSORA TÉRMICA INTEGRADA PARA REGISTRO DE EVENTOS E TRAÇADOS DE ECG (QUANDO APLICÁVEL); PROTEÇÃO ELÉTRICA CONFORME NORMAS HOSPITALARES CONTRA INTERFERÊNCIAS E DESCARGAS; E ESTRUTURA LEVE, ROBUSTA E ADEQUADA AO TRANSPORTE EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: 01 PAR DE PÁS EXTERNAS REUTILIZÁVEIS ADULTO COM CABO; 01 PAR DE PÁS EXTERNAS REUTILIZÁVEIS PEDIÁTRICAS OU SISTEMA ADAPTÁVEL; 01 CABO PACIENTE ECG (3 OU 5 VIAS); 01 CONJUNTO DE ELETRODOS REUTILIZÁVEIS PARA ECG; 01 BATERIA RECARREGÁVEL ORIGINAL DO FABRICANTE; 01 CARREGADOR DE BATERIA OU FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA; 01 CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO HOSPITALAR; MANUAIS DE OPERAÇÃO E TÉCNICO EM PORTUGUÊS; 01 CABO DE INTERFACE PARA PÁS/CHOQUE; 01 ROLO DE PAPEL TÉRMICO PARA IMPRESSORA (QUANDO APLICÁVEL); 01 ESTOJO OU BOLSA PARA TRANSPORTE; KIT COMPLETO DE CABOS E CONECTORES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO; E SUPORTE OU BASE PARA FIXAÇÃO EM CARRO DE EMERGÊNCIA (QUANDO APLICÁVEL). DEVERÁ ACOMPANHAR, OBRIGATORIAMENTE, 20 (VINTE) PARES DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA, COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, DE USO ADULTO OU ADULTO/PEDIÁTRICO COM ATENUADOR, CONTENDO GEL CONDUTOR DE ALTA EFICIÊNCIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM VALIDADE ADEQUADA, CONECTOR SEGURO E IDENTIFICAÇÃO CLARA DE POSICIONAMENTO NO PACIENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO ATIVO NA ANVISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM JOÃO PESSOA OU EM					

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

	UM RAIO DE ATÉ 200 KM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO POR PERÍODO MÍNIMO DE 5 ANOS E TREINAMENTO OPERACIONAL ILIMITADO NO PERÍODO DA GARANTIA PARA A EQUIPE ASSISTENCIAL. RESSALTA-SE QUE A CONFIGURAÇÃO PROPOSTA ATENDE INTEGRALMENTE ÀS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS CRÍTICAS, GARANTINDO RESPOSTA RÁPIDA E EFICAZ EM SITUAÇÕES DE PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA E ARRITMIAS GRAVES, COM REDUÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS POR MEIO DO MODO DEA AUTOMATIZADO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE TERAPÊUTICA PELO MARCAPASSO TRANSCUTÂNEO, SENDO A CONFIABILIDADE DOS ACESSÓRIOS, ESPECIALMENTE DAS PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS, ELEMENTO ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A ADEQUADA CONDUÇÃO ELÉTRICA, EFICÁCIA DO CHOQUE E, CONSEQUENTEMENTE, A SEGURANÇA DO PACIENTE E A EFETIVIDADE CLÍNICA DO ATENDIMENTO.					
38	**TRICOTOMIZADOR CIRÚRGICO PROFISSIONAL – CABEÇA GIRATÓRIO – BIVOLT (110-220v) – CORPO RESISTENTE À ÁGUA** 1 – TRICOTOMIZADOR CIRÚRGICO 1 – BASE PARA CARREGAR 1 – FONTE PARA CARREGADOR	UND	01	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**
39	**PISTOLA DE AR COMPRIMIDO COM MANGUEIRA** ACIONAMENTO POR GATILHO EMPUNHADURA ERGONÔMICA CORPO PRODUZIDO EM NYLON PONTEIRA E GATILHO METÁLICO ACOMPANHAR TUBO PNEUMÁTICO EM ESPIRAL ACOMPANHAR CONEXÃO PARA TUBO ENTRADA DE AR:1/4” NPT (FÊMEA) PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO:10 BAR NÍVEL DE RUÍDO: 85DBA	UND	03	R$	R$	**EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

1.2. O julgamento será realizado pelo menor preço dentre as propostas ofertadas do **menor valor por item.**

1.3. O procedimento será regido pelo Regulamento Próprio de Compra de Bens e Contratação de Serviços da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde, por meio da modalidade Seleção de Fornecedores do tipo menor preços, nos termos do artigo 7° e 18°, do Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços (RICCS).

1.4. Os objetos do procedimento são classificados como bens comuns.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição visa prover a Policlínica Integrada da Segurança Pública (POINSP), gerenciado pela PB SAÚDE com mobiliário e equipamentos novos e adequados para o bom funcionamento dos serviços. Essa iniciativa se baseia na necessidade de adquirir novos equipamentos para o atendimento dos servidores das Polícias Militar, Civil e Penal, do Corpo de Bombeiros e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e seus dependentes.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PB SAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

2.2. Justifica-se esta aquisição pela necessidade de mobiliar o espaço com novos móveis e equipamentos, tendo em vista se tratar de uma recente implantação dos serviços de atendimento médico e exames para os servidores citados anteriormente.

2.3. Devido à necessidade de expansão dos serviços já ofertados, que atendem servidores da segurança pública e seus dependentes, faz-se necessária a aquisição dos itens, a fim de garantir um ambiente seguro, funcional e de qualidade para usuários, acompanhantes e colaboradores que utilizam as instalações da policlínica.

2.4. A aquisição dos novos e equipamentos trará significativos benefícios aos setores. Além de proporcionar praticidade e qualidade no atendimento aos usuários, esses itens serão projetados para atender os pré-requisitos sanitários, ergonômicos e de segurança do trabalho, cumprindo todas as normas e exigências vigentes.

2.5. A aquisição dos equipamentos e materiais permanentes descritos neste Termo de Referência justifica-se pela necessidade imperativa de equipar a unidade com recursos tecnológicos indispensáveis para o suporte básico e avançado à vida. Itens como o desfibrilador, o oxímetro de pulso portátil e o reanimador manual formam o núcleo de resposta a emergências cardiorrespiratórias, garantindo agilidade e precisão no diagnóstico situacional e na estabilização de pacientes em estado crítico. A disponibilidade desses aparelhos é condição mínima para assegurar a segurança do paciente e a eficácia das intervenções clínicas, mitigando riscos de sequelas ou óbitos por ausência de infraestrutura adequada durante o atendimento imediato.

2.6. Além do suporte emergencial, a composição do lote visa atender à ergonomia, ao fluxo assistencial e à higiene hospitalar rigorosa. A inclusão de ferramentas específicas, como o tricotomizador elétrico, busca reduzir os índices de infecção em procedimentos ao substituir métodos manuais abrasivos, enquanto itens de mobilidade e diagnóstico — como cadeiras de rodas, estetoscópios e tesouras de resgate — garantem a funcionalidade operacional da equipe multidisciplinar. Portanto, a seleção desses materiais fundamenta-se em padrões normativos de saúde e na busca pela excelência dos serviços prestados, assegurando que a unidade possua plena capacidade de resposta tanto em rotinas de triagem quanto em cenários de alta complexidade.

3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. O objeto requisitado é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES** para atender às necessidades da **Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB SAÚDE, relativas à Policlínica Integrada Da Segurança Pública (POINSP),** se faz necessário para garantir uma maior eficiência e qualidade no atendimento da unidade supracitada, conforme suas atribuições estatutárias.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deve ser entregue de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor, no endereço da Unidade de Saúde: **POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP), Rua: Borja Peregrino, 210 - Torre, João Pessoa - PB, 58013-342**.

4.2. Os entregadores, no ato da entrega, deverão apresentar-se devidamente fardados, utilizando identificação, **entre o horário das 9h às 15h, de segunda a sexta-feira (dias úteis)**.

4.3. O item será recebido, provisoriamente e definitivamente de forma simultânea, logo após a apresentação da nota fiscal no setor de Recebimento Fiscal e entregue ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

4.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo máximo de 02 (dois) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Se o recebimento do item for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a nota fiscal.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. Não será admitida a entrega do produto sem a apresentação da ordem de compra/fornecimento ou outro instrumento similar e devidamente acompanhado do documento fiscal (Exemplo: Nota Fiscal).

4.8. O item deverá ser instalado pela contratada, ficando sob sua responsabilidade a devida fixação/montagem no local indicado.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 O objeto da contratação consiste na aquisição de materiais permanentes indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades desenvolvidas na Policlínica Integrada da Segurança Pública (POINSP), assegurando maior segurança e eficiência nos procedimentos médicos e assistenciais realizados na unidade.

5.2 Considerando que se trata de uma unidade já implantada e atualmente gerenciada pela PB SAÚDE, a qual atende servidores da segurança pública, DETRAN e seus dependentes de primeiro grau, faz-se necessária a aquisição desses materiais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, preservando a saúde e o bem-estar dos usuários e acompanhantes, bem como assegurando condições adequadas de trabalho aos profissionais de saúde.

5.3 Em razão dos custos estimados para a referida aquisição, a contratação ocorre por meio de pregão, sendo o objeto classificado como material permanente e enquadrado como bem comum, não se admitindo sua subcontratação.

6. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

( ) CATÁLOGO
( ) PRODUTO
( ) FICHA TÉCNICA
( ) PRODUTO E CATÁLOGO
( ) OUTROS: _____
(X) NÃO SE APLICA

No caso da exigência de catálogo, este deverá ser encaminhado junto com os documentos de habilitação.

7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(X) APLICA
( ) NÃO SE APLICA

7.1. Em decorrência da natureza do objeto, esta contratação possui exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(X) APLICA.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

( ) **NÃO SE APLICA**

8.1 Em decorrência da natureza do objeto, esta contratação possui exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

9. A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A fiscalização primária da execução do serviço/entrega do bem será exercida pelo Fiscal do Contrato, empregado da PB SAÚDE que deverá ser designado em portaria, o qual competirá o acompanhamento direto do contrato, diligenciando sobre fiel execução do ajuste e dando ciência à CONTRATANTE de eventuais irregularidades detectadas.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui, tampouco, reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de técnicas inadequadas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3 O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. Será de responsabilidade do Gestor do Contrato identificar e aplicar o sistema de glosas escalonadas, mediante autorização da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde - PB SAÚDE.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1 O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances.

10.2 A justificativa de escolha pelo orçamento sigiloso tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para a administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A estimativa da cobertura de despesas necessárias à execução do objeto de contrato ocorrerá com os recursos do Orçamento de Despesas Gerais ou administrativas, sendo 100% (cem por cento) do Contrato de Gestão nº 0011/2024, por motivo de continuidade da prestação dos serviços.

12. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

12.1 Das **vedações à participação direta ou indireta**

12.1.1 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado os documentos de planejamento da seleção.

12.1.2 De pessoa jurídica que participa de consórcio responsável pela elaboração dos documentos de planejamento.

12.1.3 De pessoa jurídica da qual o autor dos documentos de planejamento seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante; ou

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

12.1.4 Do empregado ou ocupante de emprego em comissão da PB SAÚDE, vedada a participação para fornecimento de insumos ou prestação dos serviços de terceiros, ainda que indiretamente.

12.2 Estará ainda impedida de participar a empresa:

12.2.1 Que tenha sofrido sanção administrativa nos termos da Lei Estadual nº 9.697/2011.

12.2.2 Que tinha sido inabilitado por parte da PB SAÚDE, por meio de procedimento oriundo de sua gestão de fornecedores e prestadores de serviços;

12.2.3 Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, em conformidade com o Regulamento Interno de Compras de Bens e Contratações de Serviços (RICCS), da Fundação Paraibana de Gestão de Saúde - PB SAÚDE.

12.2.4 Fornecedores e prestadores de serviços que tenham seus registros sanitários e autorizações de comercialização temporariamente suspensos pelas autoridades competentes;

12.2.5 Que tenham seus registros sanitários e autorizações de comercialização temporariamente suspensos pelas autoridades competentes.

12.2.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea quando os efeitos destas sanções repercutem em procedimentos ou contratações da PB SAÚDE.

12.2.7 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, quando os efeitos destas sanções repercutirem em procedimentos ou contratações da PB SAÚDE.

12.2.8 Que tenha nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, enquanto os efeitos restritivos desta sanção repercutirem em procedimentos ou contratações da PB SAÚDE.

12.3 Do empregado ou ocupante de emprego em comissão da PB SAÚDE.

12.3.1 Estará ainda impedida de participar a empresa:

I. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

12.3.2 O impedimento de participar dos procedimentos de aquisição de bens, contratação de serviços comuns, obras e serviços de engenharia e de ser contratado pela PB SAÚDE aplica-se ainda:

I. À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de proponente;

II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da PB SAÚDE;

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

b) empregado da PB SAÚDE cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pelo procedimento ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a PB SAÚDE esteja vinculada.

III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PB SAÚDE há menos de 6 (seis) meses.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação no procedimento de Registro de Preços, serão exigidos dos participantes os seguintes documentos:

13.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;

c) Documento dos sócios;

d) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) Em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades limitadas unipessoais (antigas EIRELI): ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e no caso das sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

f) Inscrição no Registro Público de empresas mercantis onde opera, com averbação no Registro onde se tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

13.3 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

13.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.5 Prova de regularidade a ser comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

13.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do Proponente;

13.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do Proponente;

13.8 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

13.9 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

> Caso o participante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

13. 10. Apresentar Autorização de Funcionamento (AFE), no que couber, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

13.11 Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou pela Vigilância Sanitária Estadual.

Relativos à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do participante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias antes, contados da data da sua apresentação;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados, conforme exigência do art. 69, da Lei 14.133/2021, que comprovem a boa situação financeira da

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
902
PBSAUDE

empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3. A análise da situação financeira do participante será avaliada pelo(s) Índice(s) de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, cujo cálculo, devidamente assinado pelo Contador ou Técnico, deverá acompanhar o Balanço Patrimonial:

13.12 Relativos à qualificação técnica

a) **Comprovação de aptidão para o fornecimento do bem** em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta Seleção de Fornecedores, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme elencado em Termo de Referência.

14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. A proponente deverá apresentar proposta comercial visando atender às necessidades da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde - PB SAÚDE, e deverá conter no mínimo:

14.1.1 Descrição do objeto, marca, valor do custo unitário e valor total.
14.1.2 Identificação da origem do produto, se nacional ou estrangeiro.
14.1.3 Endereço físico e eletrônico e telefone de contato
14.1.4 Data da proposta
14.1.5 Validade da proposta 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação
14.1.6 Nome completo e identificação do responsável
14.1.7 Condições de pagamento de acordo com o presente termo de referência
14.1.8 Assinatura do responsável
14.1.9 Registro da Anvisa/Inmetro.
14.1.10 Condições de pagamento e dados bancários da proponente; (EXCLUSIVAMENTE BRADESCO, conforme Decreto Estadual n° 43.250/22).
14.1.11 Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é facultada nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
14.1.12 A proposta de preço poderá atender a PORTARIA SAES/MS Nº 1.544, DE 20 DE MARÇO DE 2024 que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde -PB SAÚDE.
14.1.13 Registro do Produto o emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, conforme a Resolução - RDC nº 23, de 15 de março de 2000 que menciona o manual de procedimentos básicos para registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes à área de alimentos.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

a) O Registro do Produto na ANVISA apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados;

b) Caso o Registro do Produto esteja com prazo de validade vencido, deverá ser apresentado o Registro do Produto vencido ou cópia da publicação no "DOU", acompanhado do pedido de revalidação (protocolo/petição), requerido com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do Registro, na forma do art. 8°, §§ 2° e 3° do Decreto Federal nº 8.077/2013. Apresentar também cópia da "Consulta a Situação de Documentos" retirada no site da ANVISA impresso na semana da abertura da sessão do pregão, a fim de comprovar que o pedido de renovação ainda está sendo analisado pela ANVISA;

c) A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

14.1.14 Ficha Técnica do Produto, correspondente ao item ofertado, contendo todas as características relacionadas ao item, tais como, tipo, composição, tamanho, esterilidade, número do registro do produto, entre outras, considerando caso a caso.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1 Das obrigações da Contratada

15.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos bens.

15.1.2 Respeitar integralmente as normas de segurança e higiene do CONTRATANTE mantendo sempre incólumes as condições do local.

15.1.3 O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

15.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.1.5 Os produtos deverão ser substituídos, reparados, corrigidos, removidos, ou reconstruídos, às expensas da Contratada, imediatamente, em caso de avarias ou defeitos ou justificar adequadamente o motivo da não substituição imediata, ficando a empresa obrigada a fornecer a data para troca, sendo obrigatório o aceite da Administração Pública.

15.1.6 Comunicar à Administração, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

15.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

15.1.9 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes à execução do serviço, prestando todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à entrega dos bens.

15.1.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou contrato assinado.

15.1.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, refeições,

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

15.1.12 Observar e cumprir o que determina o Regimento Interno da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – Fundação PB SAÚDE e das unidades em que houver a entrega dos bens.

15.1.13 Comunicar imediatamente à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

15.1.14 Zelar para que os seus prepostos envolvidos na entrega dos bens ora contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados.

15.1.15 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.1.16 Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

15.1.17 Executar a entrega dos bens responsabilizando-se pela má atuação dos colaboradores encarregados de tal ação, bem como pela estada, alimentação ou quaisquer outras despesas.

15.1.18 Indicar dados bancários, número da agência e conta do CONTRATADO na instituição bancária Bradesco, para fins de pagamento, conforme Decreto Estadual n° 43.250/2022.

15.1.18.1 Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é **facultada** nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$20.000,00 (vinte mil reais).

15.1.19 A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico através do qual serão realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

15.1.20 A CONTRATADA deverá informar quaisquer alterações de telefone de contato, endereço de e-mail eletrônico e outros dados necessários à efetiva execução deste contrato.

15.1.21 A Contratada deverá manter sigilo sobre fatos que tomar conhecimento em decorrência de suas funções, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

15.1.22 Em caso de importação, contratada deverá arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, frete, carga e descarga do veículo transportador, licença de importação, seguro de transporte internacional, frete internacional e desembaraço aduaneiro na modalidade de importação INCOTERM 2020, entregue no Local - DAP (Delivered at Place), seguro de transporte, assumindo todos os riscos e custos, inclusive impostos, taxas e outros encargos incidentes na importação.

15.1.23 Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

16 Das obrigações da Contratante

16.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

16.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

16.1.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

16.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

16.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

16.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.1.7 Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato.

16.1.8 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

16.1.9 Atestar as faturas emitidas pela CONTRATADA, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato.

17 DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias do atesto da Nota de Fiscal Eletrônica (NF-e) devendo esta ocorrer ao final de cada ciclo mensal e por meio de Ordem Bancária para a Instituição Financeira, cuja proponente mantenha conta corrente de sua titularidade/devendo ocorrer após o recebimento definitivo do bem pelo fiscal do contrato.

17.2 Na impossibilidade da aplicação do prazo contido na cláusula anterior e, desde que caracterizada condição indispensável para a obtenção dos serviços/ou aquisição do produto ou propiciar significativa economia de recursos, o pagamento poderá ser realizado em menor período, desde que apresente condição vantajosa à PB SAÚDE.

17.3 Por ocasião do pagamento, e de acordo com os termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013, será retido 1,6% (uma vírgula seis por cento) das empresas de médio porte ou superior e 1% (um por cento) das empresas de pequeno porte, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo Empreender PB, do Governo do Estado da Paraíba, incidente sobre o valor constante da nota fiscal, fatura ou recibo emitido pela CONTRATADA.

17.4 O pagamento será realizado de acordo com os dados bancários, o número da agência e a conta da Contratada **na instituição bancária Bradesco**, para fins de pagamento, conforme Decreto Estadual n° 43.250/2022).

17.5 Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é facultada nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$20.000,00.

18 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

18.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme prescrições abaixo: OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço.

18.2 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

18.3 Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento OU do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

18.4 À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do fornecimento OU do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

18.5 A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados – IMR OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço;

18.6 O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço, até um teto mensal para glosa de 10% do custo mensal do contrato;

18.7 A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

19 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

19.1 Não haverá exigência da garantia nesta contratação, porque não há elevado risco de dano à administração e não possuindo alta complexidade, sendo dispensado a exigência de garantia.

20 DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

20.1 Caso a CONTRATADA descumpra total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no art. 76 e seguintes do regulamento Interno de Compras e Contratações de serviços - RICCS, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, além dos seguintes critérios:

20.2 **Advertência escrita**, comunicando formalmente desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

20.3 **Multas**, observando os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviços/fornecimento ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia (quando exigida no contrato;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora as especificações contratadas.

20.4 **Suspensão** temporária de participação em procedimentos e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

20.5 As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação do fiscal por meio de termo circunstanciado que deverá ser encaminhado ao Diretor Superintendente da PB SAÚDE, nos termos do art. 79 do RICCS.

20.6 As demais sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, no respectivo processo.

21 SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da referida seleção.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
907
PBSAUDE

22 PRAZO DE VIGÊNCIA

22.2 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados após a assinatura do contrato ou instrumento congênere, podendo ser prorrogado por igual período, condicionado à verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato.

João Pessoa, 22 de julho de 2026.

Mara Patriccia dos Anjos Souza da Fonseca
Fundação Paraibana de Gestão em Saúde - PB Saúde
Matrícula 4360

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
908
PBSAUDE

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE

GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

1. Declaro, sob as penas da lei, que, para participar desta Seleção de Fornecedores, que esta empresa se enquadra como microempresa/empresa de pequeno porte e que se encontra devidamente registrada no registro de empresas mercantis ou no registro civil de pessoas jurídicas (conforme o caso).
2. Declaro, sob as penas da lei, que esta empresa atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar deste Edital de Seleção de Fornecedores
3. Declaro, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação desta empresa no presente processo licitatório, tendo ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. Declaro, sob as penas da lei, que nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.
5. Declaro, sob as penas da lei e para os fins do disposto no art. 1º , inciso III, da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 10.272/2014), que nesta empresa não há dentre seus sócios, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.
6. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Edital e seus anexos.
7. Declaro que examinei, conheci e me submeto a todas as condições contidas no Edital deste pregão e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.
8. Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas.
9. Declaro que esta empresa atende às condições de acessibilidade, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
10. Declaro que esta empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas nas leis vigentes.

Local e data

_____

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Cabe ao proponente observar que o preenchimento da proposta deverá atender às exigências do item 7 (Do Preenchimento da Proposta), do Edital, bem como ao disposto no item 9 (Da Apresentação da Proposta de Preços), do Termo de Referência.

OBS.1: A proponente deverá encaminhar a proposta legível.

Edital de seleção de fornecedores nº:
Data da realização:
Horário:

Proponente:
CNPJ:
Optante pelo Simples Nacional:
Validade da proposta:
Endereço físico:
Endereço eletrônico (e-mail):
Telefone:
Condições de pagamento de acordo com o edital.

ITEM Nº	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS/ISS R$	ICMS/ISS		VALOR UNITÁRIO COM ICMS/ISS R$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R$	VALOR TOTAL R$
						ALÍQUOTA	VALOR R$			
TOTAL GERAL:										

Local e data.

_____
Nome e assinatura do Representante Legal

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

PBSAÚDE FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE

GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME – EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n º _____, sediada no seguinte endereço:_____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, e suas alterações que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20___.

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
911
PBSAUDE

ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO PBS-PRC-2026/01636

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 373/2026
Nº SGC 25.510.000373.2026
CONTRATO Nº ____/XXXX

CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP), QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE - PB SAÚDE E A EMPRESA XXX.

FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE - PB SAÚDE, fundação pública de direito privado, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.111.778/0001-40, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **XXX**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº XXX, com endereço na XXX, e endereço eletrônico XXX, através de seu representante legal, NOME DO REPRESENTANTE, neste ato denominada **CONTRATADA,** considerando tudo que consta no **Processo Administrativo PBS-PRC-2026/01636,** RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATO** mediante as seguintes cláusulas e condições.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente: Decreto Estadual nº 40.096/2020, Lei Complementar Estadual nº 157/2020, Regulamento Interno de Compras de Bens e Contratações de Serviços da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – RICCS/PB SAÚDE e, nas suas vacâncias, nas normas gerais contidas na Lei de Licitações e na legislação estadual aplicada à matéria, bem como os preceitos de direito público e pelas disposições presente neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP),** de acordo com as especificações do Edital e seus anexos e proposta da CONTRATADA, sendo parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXX	XXX	XXX	XXX	R$ XXX
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:					R$ XXX

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

Governo do Estado da Paraíba
912
PBSAUDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 A cobertura de despesas necessárias à execução do objeto de contrato ocorrerá com os recursos do Orçamento de Despesas Gerais ou administrativas, sendo 100% (cem por cento) do Contrato de Gestão nº 0011/2024, por motivo de continuidade da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R$ XXX, de forma proporcional ao fornecimento dos itens/prestação dos serviços. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias** da emissão do atesto da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (Nfe)/Nota Fiscal de Consumo (DANFE), tendo que isso ocorrer ao final de cada ciclo mensal de prestação do serviço/entrega de produtos, por meio de Ordem Bancária para a Instituição Financeira cuja proponente mantenha conta corrente de sua titularidade, devendo ocorrer após a concordância definitiva do serviço pelo Fiscal do Contrato.
3.2. Na impossibilidade da aplicação do prazo contido na cláusula anterior e desde que caracterizada condição indispensável para a obtenção dos itens ou propiciar significativa economia de recursos, o pagamento poderá ser realizado em menor período, desde que apresente condição vantajosa à PB SAÚDE.
3.3 Quaisquer taxas, impostos ou tributos fiscais, ou de outra natureza, que possam incidir sobre o presente Contrato, ou que tenham relação com objeto realizado(s) ficarão a cargo da CONTRATADA.
3.5. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, quando deverão ser mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a atualização financeira.
3.7. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas, inclusive a condição de não empregar trabalhador menor na forma da Lei nº 9.854, de 27.10.99. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, junto à Nota Fiscal, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão quanto à Dívida Ativa – ou outras equivalentes, na forma da Lei – expedidas, em cada esfera do Governo, pelo órgão competente;
- prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Prova da regularidade trabalhista – CNDT.

3.8. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de acordo com as previsões legais.
3.9 O valor estabelecido no contrato não poderá sofrer reajustamento em período inferior a 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (data do orçamento estimado), na forma do art. 22 do Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outra mensuração que ampare e justifique a precificação da proposta, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

3.10 Será permitida a substituição de marca caso a CONTRATADA demonstre a impossibilidade de execução do contrato com a marca inicialmente proposta, devendo assegurar que a marca substituta tem qualidade igual ou superior à marca substituída, garantida a prévia análise pela CONTRATANTE, seguida da autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 O objeto deve ser entregue de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor, no endereço da Unidade de Saúde:
POLICLÍNICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POINSP), Rua: Borja Peregrino, 210 - Torre, João Pessoa - PB, 58013-342.

4.2 Os entregadores, no ato da entrega, deverão apresentar-se devidamente fardados, utilizando identificação, **entre o horário das 9h às 15h, de segunda a sexta-feira (dias úteis).**

4.3 O item será recebido, provisoriamente e definitivamente de forma simultânea, logo após a apresentação da nota fiscal no setor de Recebimento Fiscal e entregue ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Se o recebimento do item for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a nota fiscal.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7 Não será admitida a entrega do produto sem a apresentação da ordem de compra/fornecimento ou outro instrumento similar e devidamente acompanhado do documento fiscal (Exemplo: Nota Fiscal).

4.8 O item deverá ser instalado pela contratada, ficando sob sua responsabilidade a devida fixação/montagem no local indicado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 Das obrigações da **CONTRATANTE**:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

5.1.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

5.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

5.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

5.1.7 Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato.
5.1.8 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
5.1.9 Atestar as faturas emitidas pela CONTRATADA, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato.

5.2 Das obrigações da **CONTRATADA**:
5.2.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos bens.
5.2.2 Respeitar integralmente as normas de segurança e higiene do CONTRATANTE mantendo sempre incólumes as condições do local.
5.2.3 O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
5.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
5.2.5 Os produtos deverão ser substituídos, reparados, corrigidos, removidos, ou reconstruídos, às expensas da Contratada, imediatamente, em caso de avarias ou defeitos ou justificar adequadamente o motivo da não substituição imediata, ficando a empresa obrigada a fornecer a data para troca, sendo obrigatório o aceite da Administração Pública.
5.2.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
5.2.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.
5.2.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
5.2.9 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes à execução do serviço, prestando todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à entrega dos bens.
5.2.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou contrato assinado.
5.2.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, refeições, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
5.2.12 Observar e cumprir o que determina o Regimento Interno da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – Fundação PB SAÚDE e das unidades em que houver a entrega dos bens.
5.2.13 Comunicar imediatamente à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
5.2.14 Zelar para que os seus prepostos envolvidos na entrega dos bens ora contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados.
5.2.15 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
5.2.16 Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

5.2.17 Executar a entrega dos bens responsabilizando-se pela má atuação dos colaboradores encarregados de tal ação, bem como pela estada, alimentação ou quaisquer outras despesas.
5.2.18 Indicar dados bancários, número da agência e conta do CONTRATADO na instituição bancária Bradesco, para fins de pagamento, conforme Decreto Estadual n° 43.250/2022.
5.2.18.1 Conforme art. 2º, § 2º, do Decreto Estadual 43.250/2022, a abertura da conta é facultada nos casos em que a contratação anual não ultrapasse o montante de R$20.000,00 (vinte mil reais).
5.2.19 A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico através do qual serão realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.
5.2.20 A CONTRATADA deverá informar quaisquer alterações de telefone de contato, endereço de e-mail eletrônico e outros dados necessários à efetiva execução deste contrato.
5.2.21 A Contratada deverá manter sigilo sobre fatos que tomar conhecimento em decorrência de suas funções, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
5.2.22 Em caso de importação, contratada deverá arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como transportes, frete, carga e descarga do veículo transportador, licença de importação, seguro de transporte internacional, frete internacional e desembaraço aduaneiro na modalidade de importação INCOTERM 2020, entregue no Local - DAP (Delivered at Place), seguro de transporte, assumindo todos os riscos e custos, inclusive impostos, taxas e outros encargos incidentes na importação.
5.2.23 Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGENCIA E EFICÁCIA

6.1. O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados após a assinatura do contrato ou instrumento congênere, podendo ser prorrogado por igual período, condicionado à verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato.
6.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por interesse da Administração Pública, sendo o aceite emitido pela contratada

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Com fundamento no Regulamento Interno de Compras de Bens e Contratações de Serviços da PB SAÚDE, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado assim considerado pela Administração, de execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:
7.1.1. Advertência escrita, comunicando formalmente desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
7.1.2. Multas, observando os seguintes limites máximos:
7.1.2.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço ou entrega de itens não realizados;
7.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de itens/fornecimento ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia (quando exigida no contrato);

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

7.1.2.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora as especificações contratadas.

7.1.4. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

b) deixar de utilizar os recursos humanos exigidos para a execução dos itens, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada.

7.1.4. Suspensão temporária de participação em procedimentos e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

7.1.5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação do fiscal por meio de termo circunstanciado que deverá ser encaminhado ao Diretor Superintendente da PB SAÚDE, nos termos do RICCS.

7.1.6. As demais sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, no respectivo processo.

7.2. A justificativa para o não cumprimento da obrigação, não se aplicando à multa referida no subitem anterior, só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito.

7.3. Com fundamento Regulamento Interno de Compras de Bens e Contratação de Serviços da FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE (RICCS - PB SAÚDE), ficará impedida de participar de procedimentos de Seleção de Fornecedores da PB SAÚDE ou com ela celebrar contrato, pelo prazo de até 24 (Vinte e quatro) meses, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, ao fornecedor que:

a) não celebrar o contrato;
b) deixar de entregar documentação exigida no certame;
c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste procedimento;
d) não mantiver a proposta, injustificadamente;
e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
f) comportar-se de modo inidôneo;
g) cometer fraude fiscal;
h) fizer declaração falsa;
i) apresentar documentação falsa.

7.4 A aplicação da sanção multa gera crédito em favor da PB SAÚDE, que pode ser descontado da garantia contratual, dos pagamentos eventualmente devidos, compensada com outros créditos ou cobrada judicialmente.

7.5. A sanção multa pode ser aplicada cumulativamente às demais sanções deste artigo.

7.6. Poderá ser relevada, justificadamente, a execução de multa cujo montante for inferior aos respectivos custos de cobrança.

7.7 A suspensão temporária restringe, por até 24 (Vinte e quatro) meses, o direito de participar de procedimentos de Seleção de Fornecedores da PB SAÚDE ou com ela celebrar contrato.

7.8 Após o trigésimo dia de atraso, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Da decisão de aplicar a multa, é cabível recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da notificação pelo

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

CONTRATADO, nos termos do REGULAMENTO INTERNO DE COMPRA DE ITENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE (RICCS - PB SAÚDE).

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por responsável indicado pela Unidade de Inteligência de Gestão de Contratos, o qual reunirá qualificação técnica para o exercício da tarefa e a imparcialidade necessária ao adequado relacionamento com o Contratado.
9.2. Identificado indício de irregularidade, por parte do contratado, na execução de suas obrigações contratuais, a Unidade de Inteligência de Gestão de Contratos deve adotar as medidas cabíveis para solução do problema, comunicando a Assessoria Executiva de Assuntos Jurídicos para que sejam tomadas as medidas de sua competência.
9.4. A fiscalização de que trata este item não exclui, tampouco, reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de técnicas inadequadas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
9.4. A fiscalização primária da execução do serviço/entrega do bem será exercida pelo Fiscal do Contrato, empregado da PB SAÚDE que deverá ser designado em portaria, o qual competirá o acompanhamento direto do contrato, diligenciando sobre fiel execução do ajuste e dando ciência à CONTRATANTE de eventuais irregularidades detectadas.
9.5. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. Será de responsabilidade do Gestor do Contrato identificar e aplicar o sistema de glosas escalonada, mediante autorização da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde PB Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O contrato poderá ser extinto:

I. Pela plena execução do respectivo objeto;
II. Pelo advento de termo ou condição prevista no contrato;
III. Por ato unilateral da parte interessada, quando autorizado no contrato ou na legislação em vigor;
IV. Por acordo entre as partes, desde que a medida seja conveniente para PB SAÚDE;
V. Pela via judicial ou arbitral.
VI. Poderá ser rescindido antes de seu termo final, mediante notificação prévia à CONTRATADA com antecedência de 20 (vinte) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando idêntico objeto, sem que isso implique qualquer ônus para a PB SAÚDE, tendo a CONTRATADA plena ciência dessa condição.

10.2 Constituem motivos para a rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, termo de referência ou prazos;
II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, termo de referência e prazos;
III - O atraso injustificado no fornecimento;
IV - A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à PB SAÚDE;
V - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc

VI - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
VII - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
VIII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial do Estado da Paraíba e disponibilizado no site da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da CONTRATANTE, observando-se, sempre, as normas do Instrumento Convocatório para o processo de seleção de fornecedores, que se aplicam integralmente ao presente Contrato.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, Estado da Paraíba, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato.

12.4. E por estarem avençadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo consignadas.

João Pessoa/PB, _____/_____/_____.

FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE	**XXX**
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHA 1
NOME:_____.
CPF:_____.

TESTEMUNHA 2
NOME:_____.

CPF:_____.

Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1410 - 1º Andar - Expedicionarios - João Pessoa - PB
CEP: 58.040-000

PBSPRC202601636V04

Assinado com senha por [PBS96384] [SENHA] NIEDJA AMARAL DE ARAÚJO em 07/08/2026 - 15:28hs.
Documento Nº: 10313063.101029752-5378 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10313063.101029752-5378

PBdoc